

A RELAÇÃO MÃE-CRIANÇA NOS *TRANSTORNOS INVASIVOS DO DESENVOLVIMENTO*: UM ESTUDO SOBRE OS SENTIMENTOS MATERNOs.

Daniela Oliveira Andriollo, Jorge Luís Ferreira Abrão. Humanas – Psicologia – Departamento de Psicologia Evolutiva, Social e Escolar – Faculdade de Ciências e Letras – Câmpus de Assis.

Um estudo a respeito da maternagem e das dificuldades que emergem da relação mãe-bebê em casos de *Transtornos Invasivos do Desenvolvimento* exige uma profunda análise, na medida em que tais complicações podem afetar tanto o desenvolvimento cognitivo e afetivo da criança, quanto a própria mãe em sua prática de maternagem, promovendo obstáculos que comprometem a interação. Desse modo, é necessário compreender anteriormente a natureza dos sentimentos maternos e a maneira através da qual os mesmos acabam sendo moldados por toda uma constituição sócio-histórica e cultural.

Ariès (1981) delinea parâmetros sociais de infância, através dos quais é possível traçar um paralelo que suporte diferentes lugares ocupados pelas mães diante das diversas formas sociais de se olhar para a criança ao longo da história. Assim como Áries (1981), Badinter (1992), e Donzelot (1986) apontam a precariedade dos cuidados maternos e tem como exemplo em comum o fato de muitas mães entregarem seus filhos a amas-de-leite para serem alimentados.

Trata-se de um período histórico-social em que as mulheres dispensavam mais atenção ao seu marido do que ao seu próprio filho, porque esse era o valor social da alta burguesia francesa. A mulher não era valorizada como tal, tampouco como mãe e, diante disso, era preferível abandonar a maternagem, já que não se via nela nenhuma possibilidade de ascensão social.

Segundo Áries (1981), a preocupação com o cuidado, desenvolvimento e educação das crianças começava a surgir no século XVII. Permeados pela disciplina e pela racionalidade dos costumes, aparecem também o interesse psicológico e a preocupação moral do adulto para com as crianças.

Ao final do século XVIII, começa a ocorrer o que Badinter (1992) denomina de “revolução das mentalidades”. Com o advento do capitalismo, a idéia era a de que quanto mais homens trabalhassem, mais lucro se obteria. Assim, as crianças que antes eram desprezadas precisavam ser bem cuidadas porque, quando jovens ou adultas, significariam riqueza para a nação. O Estado tratava de convencer as mulheres deste seu novo papel, o de mãe, através de um discurso comovente, que nem de longe lembrava deveres ou sacrifícios, mas que prometia a elas igualdade social, amor e felicidade, inclusive a fidelidade do marido, que ficaria encantado com a beleza da lactante. Interesses esses que possibilitaram, ainda que “involuntariamente”, que a mãe se voltasse com mais atenção e vigilância para seu filho.

Segundo Donzelot (1986), o Estado passa a confiar a essas mulheres a função de mães que, por conta do clima da época, foi muito confundida com a de mera nutriz. Assim, “por causa desse status de nutriz, o vínculo que a liga a seu filho permanecerá, por muito tempo, suspeito de desmazê-lo, de abandoná-lo...” (DONZELOT, 1986, p.14).

Apesar do escasso comprometimento de algumas mães com relação ao desenvolvimento de seus filhos – o que inclusive é possível observar na atualidade - trata-se de um período histórico em que começava a ser mais valorizado o contato mãe-filho no sentido de promover o bom desenvolvimento dessa criança. A família moderna e a escola são instituições que acabam dando conta de promover este cuidado. Segundo Ariès, “a família deixou de ser apenas uma instituição do direito privado para transmissão de bens e dos nomes e assumiu uma função moral e espiritual, passando a formar os corpos e as almas” (ibid.:277).

É dentro deste contexto que a maternagem adquire outros valores e, assim, na sociedade contemporânea, a mesma vem sendo historicamente valorizada como um fator essencial para o bom desenvolvimento físico e emocional da criança, atribuindo-se grande responsabilidade às mães no cuidado de seus filhos. Uma vez construída esta concepção de maternagem, a mesma passa a fazer parte do imaginário das mães na atualidade.

Desta forma, a teoria psicanalítica vem buscar compreender a relação mãe-filho, considerando a existência de um filho imaginário que se apresenta através de diversos arranjos nas diferentes etapas da vida da mulher. Mesmo durante a gravidez, esse processo biológico de estar

gerando um filho ganha o aspecto de um sonho por se tratar da realização de um desejo. Afinal, “o que preenche a mãe não é a reprodução biológica, nem o embrião, mas o filho do sonho” (SOULÉ, 1973, p.141). Este filho que será gerado é idealizado e “integrado dentro de um plano de vida em relação com os ideais sociais e familiares de cada sujeito” (BYDŁOWSKI apud SOULÉ, 1973, p.134).

O confronto entre filho real e filho imaginário no aparelho psíquico da mãe, representado por Soulé (1973), se apresenta no sentido de que o primeiro, na percepção materna, não passa de uma mera cópia decepcionante do filho imaginário. Este último, que tinha importante papel na relação fantasiosa, com o nascimento, precisa começar a ser desvalorizado. Neste sentido, a mãe necessita elaborar um trabalho de luto do filho imaginário, a fim de restabelecer a integridade de seu filho, o que favorece tanto o investimento ao recém-nascido quanto a interação mãe-bebê.

Aliás, é de grande importância destacarmos aqui a profundidade da palavra interação. Ela se relaciona diretamente com ações que duas ou mais pessoas empregam umas às outras. Ou seja, numa relação mãe-bebê ambos agem e são atingidos pelo comportamento do outro. A interação mãe-filho trata-se de “um sistema recíproco e orientado em direção a uma meta e dentro do qual o **bebê** tem o papel ativo principal, modificando sua própria demonstração comunicativa em resposta ao feedback oferecido pelo seu parceiro”, no caso, a mãe. (BRAZELTON, 1973, p.20, grifo nosso).

Este processo de interação e estabelecimento do vínculo pode acontecer muito naturalmente quando a mãe se depara com um filho que corresponda, em partes, às suas expectativas, apesar dos sentimentos de ambivalência naturais desta relação. Quando este filho não nasce segundo parâmetros específicos para se adequar ao meio familiar, como por exemplo quando traz consigo alguma patologia, ou ainda quando esta mãe não lhe oferece continência necessária, no caso de uma mãe psicótica, é possível observar dificuldades específicas no estabelecimento do vínculo mãe-filho e na prática da maternagem.

A vinda de uma criança com algum transtorno significa surgirem algumas mudanças na rotina de vida dessa família, as pessoas precisam se adaptar ao convívio com uma criança diferente. Por outro lado, a incerteza e o receio com relação ao desenvolvimento do bebê influenciam muito, prejudicando as relações familiares e, principalmente, a relação de maternagem.

Perplexidade, incômodo e ansiedade são sentimentos que abordam muito freqüentemente quaisquer seres humanos que ensaiem uma interação com pessoas portadoras de doenças psiquiátricas. Essas sensações tornam-se muito mais intensas quando vêm acompanhadas de estigmas, desinformação e fantasias como é o caso dos *Transtornos Invasivos do Desenvolvimento*. Patologias como essas abalam o funcionamento emocional dos pais, a própria dinâmica familiar ou mesmo a objetividade científica do profissional. com muita sensibilidade, Gauderer (1993, p. 02) refere-se especificamente ao autismo, afirmando que “perante ele, qualquer pessoas fica perplexa e se sente impotente”.

Os *Transtornos Invasivos do Desenvolvimento* já apontam para dificuldades nas relações, o que possivelmente dificulte ainda mais a relação mãe-bebê. São caracterizados por um desenvolvimento anormal ou alterado, manifestado antes dos três anos de idade, por uma perturbação do funcionamento das interações sociais, da linguagem e da comunicação, e por comportamentos focalizados e repetitivos. São dificuldades no contato que desorientam a mãe em sua prática de maternagem.

Tustin (1990) afirma que se a mãe e o filho – mesmo que este não seja deficiente – não trocam experiências afetuosas entre si, esta situação pode ser muito desastrosa para ambos. Sem essas formas primitivas de comunicação, que são a amamentação, o olho-a-olho, etc., fica comprometida a formação das bases para as futuras relações desta criança. Em crianças portadoras de *Transtornos Invasivos do Desenvolvimento* faltam ou estão em déficit essas formas primitivas de comunicação que, em menor ou maior grau, persistem para o resto de suas vidas.

Partindo desses estudos, a pesquisa surge com o intuito de investigar, por meio de entrevistas semi-dirigidas, os sentimentos mobilizados em mães de crianças portadoras de algum tipo de *Transtorno Invasivo do Desenvolvimento*, ao longo dos primeiros anos do processo de maternagem. Além disso, pretendeu identificar o impacto do diagnóstico para a família, em especial para os pais; compreender as principais dificuldades relacionais; entender em que medida estas dificuldades na relação se estendem a outros aspectos da vida dessa mãe, enquanto mulher e ser social; e investigar as expectativas com relação ao possível desenvolvimento do filho.

Para tanto, a pesquisa foi realizada na cidade de Assis que, com cerca de 100 mil habitantes, está situada a Oeste do Estado de São Paulo. Assim, foi mantido contato com cinco mães de crianças portadoras de algum tipo de *Transtorno Invasivo do Desenvolvimento*, as quais freqüentam atualmente o Projeto Fênix: Educação para Autistas, localizado na mesma cidade.

O primeiro contato com essas mães foi feito via telefone, momento em que a pesquisadora se apresenta e a convida a participar de uma entrevista que tem por finalidade compreender as particularidades da relação mãe-filho autista. Quatro das cinco mulheres se prontificaram a serem entrevistadas; apenas uma não concordou.

Tais entrevistas foram feitas individualmente, gravadas e transcritas para fins de análise. Todas as mães receberam cópias transcritas da entrevista de que participaram e, após lerem e concordarem com a publicação em relatório, assinaram o Termo de Consentimento.

Foi possível observar que a relação mãe-criança apresenta dificuldades particulares nos casos de *Transtornos Invasivos*, uma vez que a criança portadora desta patologia manifesta comprometimento nas interações sociais e na utilização da linguagem como meio de comunicação, requerendo das mães um esforço maior para a manutenção do contato e interação com seus filhos. Nesses casos, é possível que as mães se sintam pouco competentes em sua prática de maternagem, fortalecendo os sentimentos de ambivalência, diante de sucessivos insucessos nas tentativas de se comunicar com seus filhos.

A essas observações, soma-se o fato de que muitas teorias têm trazido diferentes discursos etiológicos para o autismo, o que possibilita compreender ainda mais o tipo de sentimentos e dificuldades que surgem nas mães dessas crianças. A difusão de teorias etiológicas ambientalistas, como as que surgiram a partir das formulações iniciais de Léo Kanner, que atribuem as causas desta patologia à falhas no processo de maternagem, podem ser responsáveis pelo aumento e manutenção do sentimento de culpa e fracasso nessas mães.

Nas entrevistas realizadas, as mães contam sobre seu desespero e sobre a angústia pela demora da chegada do diagnóstico, falam em como é difícil fazer com que os familiares compreendam a patologia, do comportamento rotineiro e estereotipado, da carência da linguagem e das limitações na comunicação que dificultam seu contato com o filho, e em como sua própria vida social ficou limitada pela intensa dose de cuidados que esta criança exige.

A análise de conteúdo das respostas foi feita qualitativamente, buscando identificá-las por categorias, através da investigação sobre as semelhanças e particularidades das experiências maternas, que correspondam às categorias temáticas iniciais. A partir da análise dos relatos, foram observadas também outras categorias que não haviam sido colocadas em pauta durante a formulação das hipóteses, sendo elas: a postura do profissional ao fornecer o diagnóstico para os pais; atribuição de causalidade relacionada a fatores externos; expectativas e planos com relação ao filho idealizado; supervalorização de características positivas em detrimento das dificuldades observadas na criança; sintomatologia referente ao estresse e à depressão em mães de crianças com *Transtorno Invasivo do Desenvolvimento*.

Conclui-se, a partir dos dados levantados, que torna-se necessário "privilegiar a informação de que as dificuldades provenientes dos cuidados com as crianças autistas têm importante impacto em suas mães" (DUARTE, 2001). Sendo assim, observa-se que uma investigação e compreensão dos sentimentos maternos na especificidade dessa relação pode promover futuras contribuições para a implementação de programas de atenção às mães de crianças portadoras de *Transtornos Invasivos*, a fim produzir problematizações acerca da própria relação de maternagem, caminhando para a elaboração dos conflitos decorrentes dos sentimentos de ambivalência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BOSA, C. Autismo: atuais interpretações para antigas observações. In: BATISTA, C; BOSA, C. **Autismo e Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

BRAZELTON, T.B. **A dinâmica do bebê**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1987.

DONZELOT, J. **A Polícia das Famílias**. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DUARTE, C.S. Abordagem Clínica sobre mães de crianças autistas. **Psiquiatria na prática médica**. São Paulo, V. 34, abr/jun., 2001.

GAUDERER, E.C. **Autismo**. São Paulo: Atheneu, 1993.

TUSTIN, F. Situações que podem precipitar autismo psicogênico. In: TUSTIN, F. **Barreiras autistas em pacientes neuróticos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

Bolsa: FAPESP